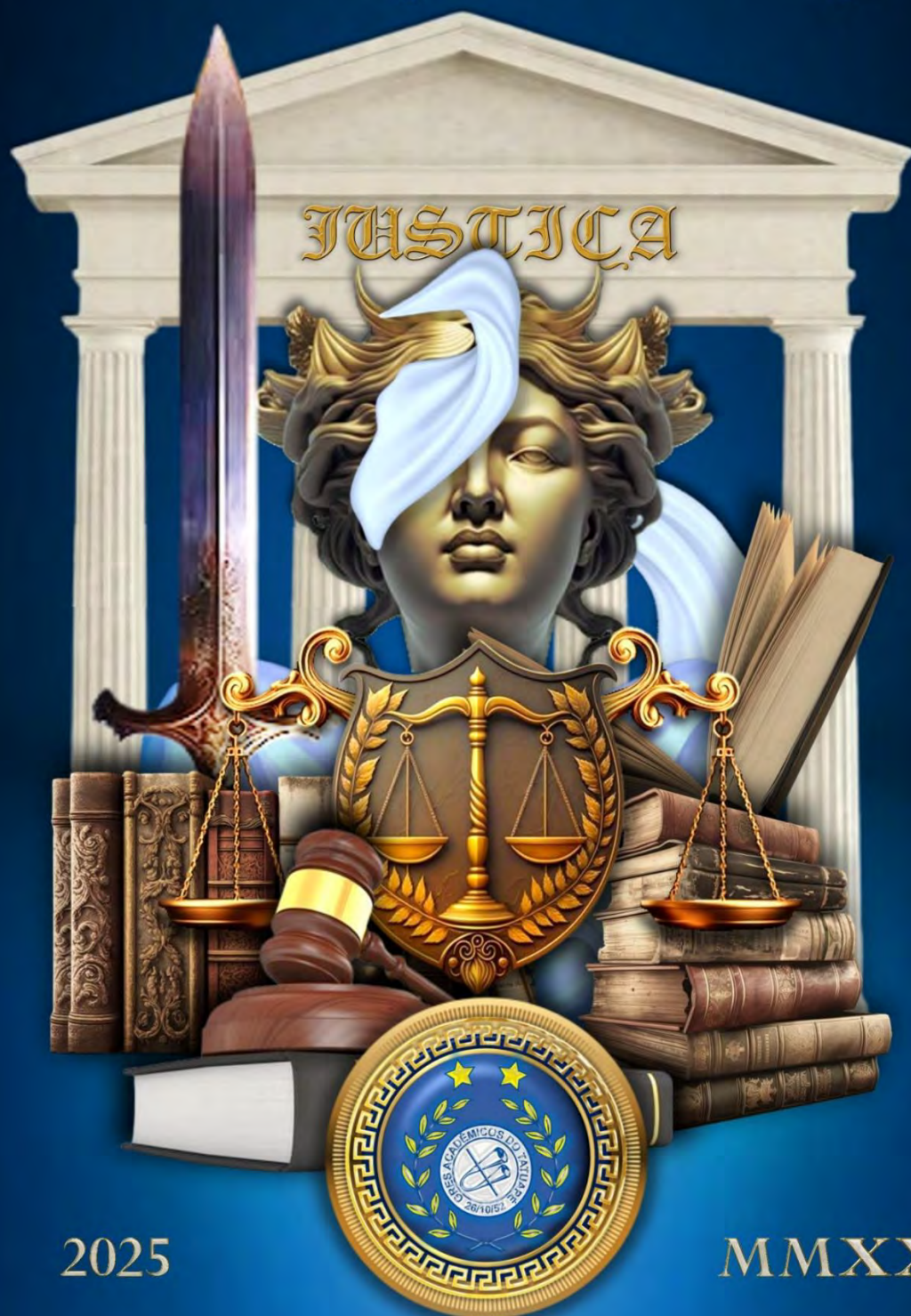


*"A injustiça num lugar qualquer
é uma ameaça à justiça em todo lugar"*



2025

MMXXV



“A Injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à Justiça em todo lugar.”

SINOPSE

Nas sombras do passado, onde os ventos sussurram segredos ancestrais, a Justiça levantou seus pilares. Numa jornada através dos tempos e das culturas, a narrativa da justiça se desenrola como um épico de proporções universais, tecendo os fios da humanidade em uma rede intrincada de valores, lutas e conquistas.

Desde os tempos mais remotos, a injustiça foi reconhecida como uma ameaça não apenas local, mas universal, uma sombra que paira sobre todas as sociedades e clama por redenção. No caos do mundo antigo, onde a vingança reinava soberana, o princípio do "olho por olho, dente por dente" ditava a lei, perpetuando um ciclo de violência e dor que parecia interminável. Não era esse o ideal, a justiça tinha que ser luz para iluminar o caminho em busca da verdade e da paz.

Mas mesmo nas trevas, há uma luz a brilhar. No coração do Egito Antigo, a Deusa Maat personificava a ordem cósmica e a justiça divina, e em sua balança dourada, símbolo da justiça divina equilibrava os corações dos mortos no julgamento final com a pena da verdade. Ao lado do Faraó, encarnação terrena do poder e da lei, ela garantia a harmonia e a justiça na sociedade.

Nas tábuas de pedra do antigo Oriente, onde os rios serpenteiam como veias de vida através da terra, surgiu um código que ecoaria pelos séculos vindouros. Sob o olhar vigilante de Marduk, o grande deus babilônico, o Código de Hamurabi se ergueu como uma coluna de justiça, onde as palavras gravadas estabeleceram normas e punições para regular a vida na Babilônia. Baseado no princípio de "olho por olho, dente por dente", o código buscava garantir a equidade e a justiça social, embora as punições muitas vezes fossem severas e desproporcionais.

A história da justiça se desdobrou através dos séculos numa jornada pela Grécia Antiga ainda quando os deuses caminhavam entre mortais, o Olimpo erguia-se majestoso no horizonte e a Justiça assumia uma forma divina. Themis, a deusa da ordem divina e da lei natural, se erguia com sua balança, proclamando a imparcialidade diante dos caprichos dos homens. Será que a esperança estava acendendo a luz da verdade e que a balança da igualdade seria a salvação da humanidade?

A busca pela verdade e pela equidade se tornou o cerne da filosofia grega, tecendo os fios da razão e da moral em uma tapeçaria de sabedoria, que entre os murmúrios de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles juntamente com o eco dos deuses, tornou a Justiça mais do que uma mera instituição humana, transformando-a numa aspiração divina, que transcendeu as fronteiras do tempo e do espaço como um lembrete perene da nobreza do espírito humano.

E nos fóruns de Roma, os magistrados e juristas aplicavam as leis de acordo com os costumes e as tradições locais. Os tribunais julgavam casos civis e criminais, buscando garantir a igualdade perante a lei e a proteção dos direitos dos cidadãos. O sistema jurídico era mais formalizado, com magistrados, advogados e jurados atuando nos tribunais. A Lei das Doze Tábuas, uma das



primeiras codificações legais de Roma, estabelecia direitos e deveres dos cidadãos romanos e serviu de base para o desenvolvimento do direito romano.

Sob o domínio dos imperadores e dos senadores, a lei romana se tornava um colosso de ordem e equidade, erguendo-se sobre os alicerces da civilização. E foi através de um governador Romano, Poncio Pilatos, que a justiça dos homens se encontrou com a justiça divina, numa encruzilhada de destinos e escolhas, onde a sombra da cruz se ergueu como um símbolo de redenção e perdão, e que mudou a história com a condenação à morte de Jesus Cristo.

Enquanto isso, nos pergaminhos sagrados dos hebreus, os Dez Mandamentos dados a Moisés no Monte Sinai, formavam a base da lei moral e religiosa dos hebreus, orientando sua conduta ética e moral. Além dos Mandamentos, a lei hebraica abrangia uma série de prescrições legais e rituais que regulavam todos os aspectos da vida da comunidade.

Por outro lado, nos desertos áridos do Oriente, sob o manto de estrelas que brilhavam como joias no céu noturno, o Islã erguia-se como uma luz radiante de justiça e misericórdia. Sob a égide do Alcorão e dos califas, a Sharia se tornava a bússola moral para milhões de fiéis, guiando-os através das adversidades da vida com a promessa de uma recompensa divina além da morte.

Nos tempos antigos, muitos povos e civilizações contribuíram para os alicerces da justiça, com destaque para os povos germânicos, também conhecidos como bárbaros. Eles desenvolveram seus próprios sistemas de justiça baseados em tradições tribais e consuetudinárias. As decisões judiciais eram frequentemente tomadas por conselhos de anciãos ou líderes tribais, e a punição por crimes variava de acordo com a gravidade da transgressão e as normas culturais vigentes. Eles desempenharam um papel significativo no declínio do Império romano, que acabou em uma fusão entre as tradições legais romanas e os costumes dos povos bárbaros.

Se entre as tribos germânicas, a justiça era administrada pelos anciãos, no feudalismo a lei do senhor dominava sobre os servos. Durante a era feudal, a noção de crime e castigo se entrelaçou com as estruturas sociais, impondo um sistema hierárquico de justiça onde os senhores feudais detinham poder absoluto sobre suas terras e vassalos. Os tribunais feudais, presididos pelos senhores ou seus representantes, julgavam casos civis e criminais de acordo com as leis e costumes locais, muitas vezes de forma arbitrária e injusta.

Foi apenas com o despertar do Iluminismo que os ideais de direitos iguais e liberdade começaram a ganhar força, desafiando os poderes estabelecidos e abrindo caminho para uma nova era de justiça e igualdade. Os pensadores iluministas, como Voltaire, Montesquieu e Rousseau, promoveram a ideia de que todos os seres humanos são iguais perante a lei e têm direitos naturais inalienáveis, incluindo o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade.

Mas a jornada da justiça é marcada por desafios e contradições, como a intolerância religiosa que levou a conflitos e guerras em nome da fé. Na Idade Média, por entre as sombras densas da história, a Justiça Divina enfrentou seu maior teste.

Nos recantos sombrios da Inquisição, onde as chamas da intolerância ardiem como um fogo impiedoso, o homem ousou distorcer a face da Justiça em nome da fé e do poder terreno. Sob o pretexto da verdade divina, as masmorras se encheram de almas inocentes, e os corações se endureceram com o peso da opressão. A ignorância em nome de Deus pairava como um corvo sobre os mosteiros e as catedrais. Os inquisidores brandiam tochas, e os hereges eram queimados nas fogueiras. A balança, agora pesada com dogmas e penitências, oscilava entre o medo e a esperança.



Mas mesmo nas trevas mais densas, a luz da Justiça Divina nunca se apagou completamente. Ela se manifestava nos sussurros daqueles que ousavam desafiar a tirania, nos gestos de compaixão dos que se recusavam a ceder ao ódio e à crueldade. Nos cantos dos trovadores e nas palavras dos poetas, a esperança ecoava como um eco eterno, proclamando a promessa de um dia em que a Justiça Divina prevaleceria sobre as sombras da injustiça.

Em terras distantes, outras civilizações clamavam justiça aos seus deuses. E sob os céus de bronze da África, Xangô, o poderoso orixá da Justiça, erguia-se como um leão entre os homens. Com seu machado de pedra e seu manto de raios, ele traçava os limites entre o certo e o errado, entre a luz e a escuridão. Sua voz ressoava como um trovão nos céus, chamando os corações dos homens para a balança da equidade, para a senda da verdade.

No altar da intolerância, a justiça divina é profanada em nome de Deus e a humanidade anseia por justiça e busca respostas em suas mais diversas crenças. Na espiritualidade, o baralho de tarot do destino revela a carta da Justiça como um farol. Ela segura a espada da verdade e a balança da equidade. Seu olhar é imparcial, sua decisão é firme. Ela não se curva aos preconceitos, mas pesa as almas com justiça. E quando a balança oscila, o cosmos se alinha e Júpiter, o gigante celestial, observa essa dança. Ele é o planeta da expansão e da Justiça. Ele sabe que a verdade não se esconde nas sombras, mas se revela na luz da compreensão.

Contudo, foi nos salões iluminados de Paris, onde as chamas da Revolução Francesa arderam como um fogo purificador, que a Justiça encontrou sua voz mais poderosa. Sob o lema “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, os ideais da justiça e da igualdade se ergueram como uma tempestade imparável, varrendo os vestígios da opressão e da tirania. A guilhotina se tornou o símbolo da justiça popular, cortando os laços que aprisionavam o povo e proclamando a supremacia da vontade popular sobre os caprichos dos déspotas. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 estabeleceu princípios fundamentais de justiça e direitos individuais, influenciando o desenvolvimento dos sistemas jurídicos modernos.

Avançando pela história da justiça saltamos da Revolução Francesa à promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988. No solo pátrio, ela ergueu os pilares de um Brasil mais justo e igualitário, reconhecendo a diversidade e a dignidade de todos os seus cidadãos independentemente de sua origem, gênero ou condição social. O sistema jurídico brasileiro é baseado na separação dos poderes e na garantia da igualdade perante a lei.

E nesse contexto, a Igualdade de Gênero como um dos pilares da Constituição Federal é imprescindível para que todos os indivíduos, independentemente de seu sexo ou identidade de gênero, tenham os mesmos direitos, oportunidades e tratamento justo na sociedade. No brado das vozes femininas, a justiça é o eco, que ressoa o clamor por direitos iguais e respeito mútuo, na construção de um mundo mais justo e inclusivo. Promover a igualdade de gênero é essencial para que direitos e oportunidades estejam em equilíbrio na balança da justiça.

A educação de qualidade para todos também é um direito fundamental que deve ser garantido a todos os cidadãos, independentemente de sua origem, raça, gênero ou condição social. Uma educação inclusiva e equitativa é essencial para promover o desenvolvimento humano, social e econômico e para construir uma sociedade mais justa e igualitária. Entre os escombros da ignorância, a educação é a luz que guia os passos dos desfavorecidos, enquanto a justiça levanta suas muralhas para proteger o direito de cada criança a um futuro brilhante, onde o conhecimento é a chave que abre todas as portas.



Garantida através de diversos dispositivos constitucionais que estabelecem como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado, a saúde é um direito básico reconhecido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como parte integrante do direito à vida e à dignidade humana. É necessário garantir que todas as pessoas tenham a oportunidade de viver vidas saudáveis e produtivas, independentemente de sua origem, status socioeconômico ou qualquer outra condição. Entre os pilares da dignidade humana, a saúde é a fonte da vida, onde a justiça é a água que sacia a sede da igualdade, irrigando os campos férteis da inclusão e do bem-estar.

O direito ao trabalho é outro princípio fundamental que garante a todos os indivíduos o direito de buscar emprego e de serem tratados de forma justa e igualitária, incluindo condições de trabalho seguras e saudáveis, salário justo e proteção contra a discriminação e a exploração. No campo de batalha do mercado de trabalho, os sonhos dos desempregados ecoam como gritos de desespero, enquanto a justiça empunha sua bandeira em defesa do direito de cada pessoa a um trabalho digno e justo, onde o suor do rosto é recompensado com respeito e reconhecimento.

A (in)justiça social refere-se à disparidade de oportunidades, recursos e tratamento entre diferentes grupos sociais. Isso pode incluir questões como pobreza, desigualdade de renda, discriminação racial, de gênero ou de orientação sexual, e acesso desigual a serviços básicos como saúde, educação e moradia.

No entanto, a jornada rumo à justiça plena é permeada por desafios e obstáculos, como evidenciado pela necessidade de leis como a Maria da Penha para proteger as vítimas de violência doméstica e familiar e pela luta contínua por direitos humanos básicos em todo o mundo. Ela estabelece medidas de prevenção, proteção e punição para casos de violência contra a mulher, buscando garantir a integridade física, psicológica e moral das vítimas.

O respeito à liberdade religiosa é o princípio que garante a todos o direito de praticar sua religião ou crença, ou de não ter nenhuma, sem discriminação ou perseguição. Isso inclui o direito de professar, praticar e manifestar livremente sua religião, bem como o direito de mudar de religião ou crença.

O orgulho Gay é um movimento social que busca promover a aceitação, a igualdade e o respeito pelos direitos das pessoas LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer e outras identidades de gênero e sexualidade). Ele afirma que todas as formas de amor e identidade merecem ser reconhecidas e respeitadas pela sociedade. Na celebração da diversidade, a justiça é o arco-íris, que colore o caminho para a igualdade e o respeito, desafiando o ódio e a intolerância.

Nos ideais de justiça, a luta pela igualdade racial e pelo reconhecimento dos direitos das pessoas negras, que historicamente têm sido marginalizadas e discriminadas em muitas sociedades vai ganhando força. É necessário valorizar a importância da herança cultural e as contribuições dos povos africanos para a sociedade. Sob o peso da discriminação racial, os corações dos negros batem em descompasso com o ritmo da justiça, que precisa proteger o direito de cada pessoa negra à igualdade de oportunidades e tratamento justo, celebrando a beleza e a riqueza da diversidade étnica fonte de orgulho e enriquecimento.

Os nordestinos também merecem destaque nessa luta, pois nos sertões áridos do preconceito cruel também são vítimas de injustiças sociais. Esse povo merece reconhecimento e respeito por



sua resiliência, bem como valorização das suas tradições, arte e história como contribuição para a identidade nacional.

Outra injustiça fortemente praticada é contra os povos originários. É importante respeitar e preservar os direitos e a cultura dos povos indígenas, que são os habitantes originais das terras onde vivem. É um direito deles e um dever de a sociedade reconhecer sua sabedoria ancestral e incluí-los nas decisões que afetam suas vidas e territórios. No coração das florestas ancestrais, os espíritos desses povos sussurram segredos de sabedoria e harmonia que devem ser preservados e valorizados pelas mãos da justiça.

Entre os pilares da equidade, a justiça é retratada como cega, mas suas ações revelam uma visão seletiva, onde os poderosos são perdoados enquanto os vulneráveis são punidos. Nos palácios do privilégio, as desigualdades florescem como jardins cuidadosamente cultivados para beneficiar os poderosos, enquanto os menos afortunados lutam para encontrar um lugar à mesa da igualdade. A justiça é cega, mas enxerga quando quer!

Entretanto, a luta pela justiça é uma jornada sem fim. A verdadeira paz não é apenas a ausência de conflito, mas sim a presença da justiça, um ideal transcendente que nos convida a transcender nossas diferenças e a abraçar a humanidade em toda a sua diversidade e beleza, na busca por um mundo onde todos possam viver livres e iguais.

E apesar das adversidades, há esperança. Dos escombros da guerra e da opressão surgem heróis e heroínas, cujas vozes ressoam como trovões na tempestade, clamando por uma justiça que não conhece fronteiras nem preconceitos.

Líderes como Nelson Mandela, Martin Luther King, entre outros, bem como a Organização das Nações Unidas (ONU) erguem a bandeira da paz e da justiça, lembrando-nos de que a verdadeira paz só pode ser alcançada na presença da justiça.

A sociedade também deposita sua esperança na justiça dos homens. Os juízes, como guardiões imparciais da lei, representam a última linha de defesa contra a tirania e a opressão. Com suas togas imponentes, personificam a integridade, a imparcialidade e a sabedoria, garantindo que a balança da justiça penda sempre para o lado da equidade e da verdade. Assim, eles desempenham um papel fundamental na administração da justiça, interpretando e aplicando as leis de forma imparcial e equitativa.

A Acadêmicos do Tatuapé acredita que a justiça ideal é como a luz que brilha nos recantos mais escuros da humanidade, iluminando os caminhos da igualdade e da compaixão. É o eco das vozes silenciadas pela pressão, clamando por redenção e esperança. É a promessa de um amanhã onde as lágrimas da injustiça serão transformadas em sorrisos de dignidade e respeito. É a busca incessante por um mundo onde cada ser humano seja valorizado não pelo que tem, mas pelo que é. E, acima de tudo, é a convicção de que, mesmo diante das sombras mais densas, a luz da justiça sempre encontrará um caminho para brilhar.

“A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar.”

(Martin Luther King Jr.)



Roteiro

O CAOS (OLHO POR OLHO, DENTE POR DENTE)

JUSTIÇA NO EGITO ANTIGO: DEUSA MAAT E O FARAÓ

AS PRIMEIRAS LEIS DO MUNDO: CÓDIGO DE HAMURABI

A HISTÓRIA DA JUSTIÇA - (GRÉCIA E ROMA)

HEBRUS - OS 10 MANDAMENTOS

SHARIA – LEIS ISLÂMICAS (ALCORÃO)

JUSTIÇA GERMÂNICA: BÁRBAROS

ERA FEUDAL - CRIME E CASTIGO

ILUMINISMO – IGUALDADE PARA TODOS

JUSTIÇA DIVINA, A INTOLERÂNCIA EM NOME DE DEUS - (XANGÔ, Crucificação de Jesus Cristo, Inquisição – Mulheres queimadas na fogueira, Cruzadas)

ARCANO MAIOR DO TAROT: A JUSTIÇA E PLANETA JÚPITER

REVOLUÇÃO FRANCESA – LIBERDADE, IGUALDADE, FRATERNIDADE

CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA 1988

IGUALDADE DE GÊNERO

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

SAÚDE: DIREITO BÁSICO

DIREITO AO TRABALHO

(IN) JUSTIÇA SOCIAL (Riqueza X Pobreza (Miséria))

LEI MARIA DA PENHA

RESPEITO À LIBERDADE RELIGIOSA

ORGULHO GAY - TODAS AS FORMAS DE AMOR MERECEM RESPEITO

PODER PARA O POVO PRETO - HERANÇA AFRICANA

NORDESTINOS, OXE! O POVO MAIS ARRETADO E CULTURAL DO BRASIL

POVOS ORIGINÁRIOS: O FUTURO INDÍGENA É HOJE

A VERDADEIRA PAZ NÃO É APENAS A AUSÊNCIA DE GUERRA. É A PRESENÇA DA JUSTIÇA!

(ONU, NELSON MANDELA, MARTIN LUTER KING, GANDHY...)

Bateria: JUSTIÇA DOS HOMENS: JUÍZES (TOGA)



Regulamento do concurso de samba enredo 2025.

1. Este concurso tem por objetivo escolher o melhor samba enredo, conjunto de letra e melodia, para a nossa agremiação, segundo os critérios de avaliação da Diretoria da escola.
2. Poderão participar do concurso apenas grupos de compositores convidados pela Diretoria da escola.
3. Terão seus sambas considerados como habilitados ao concurso, os compositores que respeitarem rigorosamente o prazo de entrega que será até o dia **29 de junho de 2024**, através do e-mail sambaenredo2025@academicosdotatuape.com.br, ou **WhatsApp** 11 99849 2940, até as 23h59, com:
 - Áudio e Letra do samba
4. Todos os sambas deverão conter a palavra Tatuapé.
5. Durante o concurso serão permitidas mudanças no samba, na gravação, letra e melodia, as alterações podem ser solicitadas.
6. O samba enredo deverá ter 2 ou 3 refrões de forte impacto emocional e melódico, deverão ser priorizadas as rimas no final das frases e sua diversificação.
7. O compositor deverá evitar rimas quebradas bem como usar palavras de difícil pronúncia que comprometam a interpretação dos cantores e dos componentes.
8. Visando uma boa ressonância vocal e buscando a perfeita articulação do texto cantado, os compositores, cientes da tradição em termos intérpretes masculinos, deverão respeitar a tessitura do MI2 até SOL3 ao escreverem suas propostas.
9. O respeito à tessitura acima é primordial para evitarmos notas extremamente graves no final das frases, o que prejudica a interpretação dos componentes e da Ala Musical.
10. Tal tessitura será transposta uma oitava acima, no caso da interpretação de cantora na ala musical e, se respeitada a tessitura, não haverá nenhuma perda à musicalidade, articulação e ressonância das vozes femininas o que é fundamental para evitarmos falhas na sustentação das notas do final das frases.
11. **ATENÇÃO**, caso haja necessidade durante o processo criativo o compositor poderá lançar mão de acordes não inclusos na tessitura acima citada, porém, sem esquecer que deverá usá-los apenas para regiões de passagem e não para sustentar a harmonia do samba.
12. Caso o compositor queira criar o samba de maneira livre, sem levar em consideração os critérios acima, poderá fazê-lo, porém, caso venha a ter sua composição escolhida o compositor deverá colaborar com as adaptações na harmonia e possíveis modificações que deverão ser feitas para adaptar o samba a tessitura vocal de nossa ala musical.
13. Gostaríamos de deixar claro que o principal critério para escolha do samba será a melodia, não seremos tão criteriosos quanto ao roteiro.
14. O samba precisa ser aguerrido, no popular, um samba levanta poeira.
15. Pedimos aos senhores compositores que façam suas gravações, com andamento de **146 BPMs** (batidas por minuto).
16. Pedimos para os senhores compositores, que caprichem em suas gravações, pois será a única referência que teremos de suas obras.
17. Pedimos para que os compositores entreguem a defesa do samba por escrito, para ajudar na compreensão da letra do samba, lembrando que não é obrigatória.



18. A AGREMIÇÃO PAGARÁ O VALOR DE R\$20.000,00 (VINTE MIL REAIS) AO SAMBA VENCEDOR.

DÚVIDAS:

ERIVELTO COELHO (11 99849 29 40)

Atenção Srs. Compositores, nossa agremiação preza pelo melhor samba, por isso o mesmo poderá ser modificado, alterado ou sofrer junções, durante ou após a escolha. Acreditamos que nossa forma de confecção e escolha do samba seja eficiente, visto os resultados dos nossos últimos anos. O compositor poderá alterar o samba quantas vezes se fizerem necessário, para isso estaremos à disposição dos senhores para sanar qualquer dúvida e/ou ajudá-los da melhor forma. Prezamos pela escolha do melhor samba, nosso concurso tem esse único objetivo, a direção da escola vai perseguir esse objetivo, procurando soluções para construir, a cada ano, o melhor samba de nossa história.

Presidência.



FICHA TÉCNICA

Cores: Azul e Branco

Presidentes: Eritelto Coelho,
Antônio Carlos Castro Ghiraldini (Toninho),
Eduardo de Paula Rodrigues (Edu Sambista)
Eduardo dos Santos.

Madrinha da Escola: Leci Brandão

Carnavalesco: Wagner Santos.

Direção de Carnaval: Departamento Cultural.

Departamento Cultural: Douglas Toffoli, Patricia Lafalce, Sandra Correa, Sandro Battista

Diretor de Harmonia: Edu Sambista.

Mestre de Bateria: Mestre Léo Cupim

Intérprete: Celsinho Mody

Ala Musical: Voz: Keylla Regina, André Ricardo, Douglas Chocolate,
Adriano Souza, Vanessa Demétria, Stefhany Martins
Cavaco: Caio Senna, Celso do Cavaco
Violão: Leonardo Gomes, Kleber Souza (Chocolatinho)

Direção Musical: Ana Nascimento.

Côrte Bateria : Rainha de Bateria: Muriel Quixaba.
Princesa de Bateria: Talita Guastelli
Musa Ala Musical: Simone Oliveira

1º Casal de Mestre Sala e Porta Bandeira: Diego e Jussara.

Coreografo Comissão de Frente: Leonardo Helmer.

4 Carros alegóricos, sendo 1 acoplado
1 Quadripé
4 casais de Mestre-sala e Porta Bandeira
22 Alas
1.812 Componentes de Chão Fantasiados
278 Componentes de Carros Alegóricos
246 Harmonias, apoios e Staff
Total: 2.336 componentes